D.O.M.

Estado do Rio de Janeiro, 14 de julho de 2022. Secretaria de Comunicação

Diário Oficial do Município de Mangaratiba

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 • Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

PREFEITURA
MANGARATIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Ano XVIII Edição Nº
1629

Limpeza nas ruas de Conceição de Jacareí

Nesta semana a Prefeitura de Mangaratiba está intensificando a Operação Entulho Zero nas ruas de Conceição de Jacareí. E nem a chuva tem atrapalhado o trabalho das equipes da Secretaria de Serviços Públicos.

Entre as vias já beneficiadas com a remoção de entulhos estão as ruas Dois, Projetada, Maria Coleta Dutra, Antônio Alves de Oliveira, entre outras. O serviço também acontece nos outros da cidade.







Atos da Prefeitura

PORTARIA N.º 0948 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Tornar sem efeito a Portaria nº 0920 de 04 de julho de 2022, publicada no D.O.M. Diário Oficial do Município de Mangaratiba, nº 1622, página nº 5, que nomeou o(a) Senhor(a) DIONE CEZARIO DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ORDEM PÚBLICA, Símbolo ASSI, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0949 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) REBECA SILVA MAIORANO, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0950 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANA CAROLINA GODINHO LIMA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Símbolo ASSII, do(a) GABINETE DO PREFEITO com efeito retroativo a partir de 02 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0951 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JESSICA TAVARES MAIA GOMES, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE RECURSOS HÍDRICOS, Símbolo CDR, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE com efeito retroativo a partir de 02 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0952 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ANTONIO AGUIAR DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Símbolo ASSI, do(a) GABINETE DO PREFEITO com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0953 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RODRIGO GOMES THOMASI, para exercer o Cargo de COORDENADOR DE CERIMONIAL, Símbolo CDR, do(a) GABINETE DO PREFEITO com efeito retroativo a partir de 02 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0954 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) DENISE DA CONCEIÇAO COUTINHO, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS com efeito retroativo a partir de 02 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0955 DE 14 DE JULHO DE 2022.

Prefeito
Alan Campos da Costa

Vice-Prefeito
Alcimar Moreira Carvalho

Chefe Geral de Gabinete
Marcio Ferreira (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais
Rômulo dos Santos Nogueira

Secretário Municipal de Ciência e Tecnologia
Antônio Carlos Aniceto

Procuradora Geral do Município
Juraciára Souza Mendes da Silva

Secretário Municipal de Administração
Jonathan Marins Aguiar

Secretário Municipal de Compras e Suprimentos
Marcio Sarguis Telhado

Controlador Geral do Município
Jeferson Teixeira Terra

Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Marcio Souza Gomes

Secretário Municipal de Habitação
Marcio Ferreira (interina e cumulativamente)

Secretário Municipal de Serviços Públicos
Fabio Ferreira

Secretário Municipal de Transportes
Eduardo Estrela dos Santos

Secretário Municipal de Fazenda
Marcio Ferreira

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
Marcos Antonio Sousa de Oliveira

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Eduardo Ferreira Jordão

Secretário Municipal de Meio Ambiente
Antonio Marcos Barreto

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Alex Brzeski Barbosa

Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Fernando Luis Mattos da Matta

Secretário Municipal de Eventos
Roberto Carlos de Assis Monsores

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito
Norberto Alexandre da Silva Marques Costa

Secretário Municipal de Ordem Pública
Braz Marcos da Silva Marques

Secretária Municipal de Saúde
Sandra Castelo Branco Gomes

Secretário Municipal de Defesa Civil
Eduardo Barbosa Carvalho

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Brena da Costa Maia

Secretário Municipal de Comunicação
Roberto de Castilho Barbosa

Presidente do Instituto José Miguel
Ana Paula Soares Barcelos

Presidente da Fundação Mário Peixoto
Jefferson Dias Ricardo

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Mangaratiba
Sidney Marcello Filho

Presidente da Empresa Pública de Transportes de Mangaratiba

Presidente
Renato José Pereira

Vice Presidente
Wladimir da Conceição Pereira

1° Secretário
Cecília Ribeiro Cabral

2° Secretário
Nielson Kopke de Jesus

Vereadores:
Ailton Soares Junior
Alessandro Portugal
Cecília Ribeiro Cabral
Doriedson Thimoteo da Costa
Hugo Dourado Graçano
João Fellippe de Souza Oliveira
Josué dos Santos
Leandro de Paula
Mair Bichara Araújo
Nielson Kopke de Jesus
Nilton Santiago
Renato José Pereira
Wladimir da Conceição Pereira

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JANAINA DE SOUZA MENDES DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0956 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) SUELAINE DA SILVA DIAS, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0957 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) JULIANA BENEDITO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0958 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) LORRANA PESSOA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0959 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) ELAINE IGNACIO ROSA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Símbolo ASSII, do(a) GABINETE DO PREFEITO com efeito retroativo a partir de 02 de julho de 2022.

PORTARIA N.º 0960 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) PAULO ROBERTO FIRMIANO STOCO, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Símbolo ASSIII, do(a) GABINETE DO PREFEITO com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 14 de julho de 2022.
Alan Campos da Costa
Prefeito

PORTARIA ADM. N.º 1665 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 2838/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) CAMILA DO NASCIMENTO VIEIRA, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1666 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 927/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) PRISCILA GONÇALVES DE MIRANDA, do Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1667 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0876/2022,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ANA CAROLINA GODINHO LIMA, do Cargo de COORDENADOR DE CERIMONIAL, símbolo CDR, da GABINETE DO PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1668 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria

n° 0531/2022,
RESOLVE:

Exonerar, o(a) Senhor(a) RODRIGO GOMES THOMASI, do Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, símbolo ASSIII, da GABINETE DO PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1669 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 3207/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) DENISE DA CONCEIÇAO COUTINHO, do Cargo de COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, símbolo CDR, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1670 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 3112/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) PALOMA GOMES DA SILVA VIEIRA, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1671 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 1294/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ROSANA XAVIER DA CRUZ, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1672 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 3104/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ROSILENE DOS SANTOS MEDEIROS, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1673 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 3111/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ALESSANDRA FERNANDES DINIZ, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1674 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4595 de 12 de novembro de 2021 e tendo em vista a Port. 0493/21,
RESOLVE:
Art. 1º Designar WILSON CARLOS PEREIRA FILHO, Cód. 10.409, GUARDA MUNICIPAL, CPF: 14225207730, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO e como Suplente LAIS WUILA DA COSTA FONTELLA, Cód. 73.590, DIRETOR, CPF: 14176015748, da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, referente à contratação de Empresa: VITORIA CONSTRUTORA E COMERCIO LTDA-ME – CNPJ: 05.266.904/0001-87, com o objetivo de MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS, RUAS E MEIOS-FIOS EM DIVERSOS LOGRADOUROS, oriunda do Processo Administrativo n°. 15041/2019, conforme procedimento licitatório: Contrato de nº 031/2020, Pregão Presencial nº. 002/2020.
Art. 2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 16 de junho de 2022.

PORTARIA ADM. N.º 1676 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 3248/2018,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) SABRINA MARIA DE OLIVEIRA GOMES, do Cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, símbolo ASSIII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1677 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 2666/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ELAINE IGNACIO ROSA, do Cargo de ASSESSOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, símbolo ASSII, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1678 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 0761/2022,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ALLAN DE SOUZA CALMON BARBOSA, do Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, símbolo ASSIII, da GABINETE DO PREFEITO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1679 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 178/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) ITALO BRASIL NETO, do Cargo de DIRETOR DE DIVIDA ATIVA JUDICIAL, símbolo DRT, da PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, com efeito retroativo a partir de 08 de julho de 2022 .

PORTARIA ADM. N.º 1680 DE 14 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, por Delegação de competência nos termos do Decreto nº 4369 de 23 de novembro de 2020, e tendo em vista a Portaria n° 399/2021,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) WAGNER LOPES DE ONOFRE, do Cargo de SUPERINTENDENTE DE PROJETOS, símbolo ST, da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2022 .

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 14 de julho de 2022.
Jonathan Marins Aguiar
Secretário Municipal de Administração
Portaria nº 3282/2021

Omitido da Edição n° 1127 do Diário Oficial do Município, publicada em 11 de maio de 2020.
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 011/2016 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3310/2020 apensos 5720/2019 ao 10212/2015 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-IBRAPE
Fundamentação Legal: Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 1993.
Objeto: Constitui objeto do presente termo prorrogação do prazo no Contrato nº 011/2016 que tem por objeto a contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de Assessoramento Técnico-Tributário a Equipe Municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
Prazo: Dá-se a este termo o prazo de 12(doze) meses contados a partir de 11 de maio de 2020.
Dotação Orçamentária: n° 08.01.04.122.0053.2.021-33.90.39.99.00.00.00.057 e 08.01.04.122.0053.2.021-33.90.39.99.00.00.00-110.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 11 de maio de 2020.

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 058/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9372/2020 - PARA FINS DE PUBLICAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS HOMENS DE AMANHÃ
Fundamentação Legal: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 058/2021 relativo à contratação de prestação de serviços de acolhimento na Instituição de Proteção Social de Alta Complexidade, destinada ao acolhimento de jovem com deficiência intelectual, em situação de risco e vulnerabilidade social, com ou sem vínculo familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 13.146, através de subvenção de recursos por parte da contratante em atendimento à determinação judicial.

Prazo: Dá-se a este termo o prazo 12 (doze) meses contados a partir da data de vencimento do Contrato Primitivo.

Dotação Orçamentária: n° 04.01.01.08.244.0017.2044.3.3.90.39.00.129.
Data da Assinatura: Mangaratiba, 11 de julho de 2022.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 4.702 DE 13 DE JUNHO DE 2021.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 05 da Lei nº 1.382/2021 - Lei Orçamentária Anual para 2022, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto crédito adicional suplementar, alterando o orçamento da **Prefeitura Municipal de Mangaratiba e Fundo Municipal de Saúde no valor de R$ 30.917.318,52 (Trinta milhões, novecentos e dezessete mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos)**, de acordo com quadro abaixo:

Ficha	Codigo Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação
532	02.10.01.04.122.0019.2062	3.3.90.92.00	132	R$ 330.000,00
529	02.13.01.15.451.0002.1006	3.3.90.39.00	132	R$ 1.200.000,00
530	02.13.01.15.451.0002.1009	3.3.90.39.00	132	R$ 1.500.000,00
340	02.14.01.15.452.0002.2051	3.3.90.39.00	132	R$ 3.359.626,06
94	03.01.01.10.302.0007.2024	3.3.90.39.00	132	R$ 18.000.000,00
533	02.03.01.23.695.0016.2013	3.3.90.39.00	137	R$ 600.000,00
44	02.04.01.04.122.0019.2016	3.3.90.39.00	137	R$ 500.000,00
285	02.13.01.15.451.0002.1009	3.3.90.39.00	137	R$ 1.058.954,94
342	02.14.01.15.452.0002.2051	3.3.90.39.00	137	R$ 3.508.737,52
349	02.14.01.25.752.0002.2033	3.3.90.39.00	137	R$ 860.000,00
	TOTAL			**R$ 30.917.318,52**

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente à Lei nº. 1.382 de 07 de dezembro 2021, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2022, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º - Os recursos compensatórios serão provenientes de Excesso de Arrecadação conforme Art. 6º, Inc. V da Lei 1.382 de 07 de dezembro de 2021 – LOA 2022, oriundos da fonte de recurso do Royalties de Petróleo (132 – Royalties 5% - Lei 7990/89 e 137 – Royalties – Transferência Estado.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 13 de junho de 2021.

Alan Campos da Costa
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 04/2022

"Dispõe sobre Registro de Entidades não Governamentais sem fins lucrativos que tenham por objetivo, a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, assim como a Inscrição, renovação e alterações de Programas Governamentais e Não Governamentais no âmbito do Município de Mangaratiba e dá outras providências".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE MANGARATIBA - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, na Lei Municipal nº 224 de 11/07/2000, e demais disposições legais vigentes.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer procedimentos com vistas ao registro de Entidades Não Governamentais sem fins lucrativos e Inscrição, renovação e alteração de Programas, Projetos e/ou Serviços de Atendimento, Governamentais e Não Governamentais, sendo este requisito obrigatório para o funcionamento das entidades e execução dos programas, projetos e/ou serviços que tenham em suas finalidades estatutárias o trato das questões pertinentes à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, observando-se o princípio da prioridade absoluta a criança e ao adolescente preconizado pelo caput do artigo 227 da Constituição Federal e pelo caput e parágrafo único do artigo 4º da Lei Federal nº 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), especialmente o disposto nos arts. 90 e 91 da referida lei que estabelecem critérios para inscrição de programas/projetos e serviços e registro de entidades respectivamente.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos a serem alcançados com a presente Resolução Normativa:
- Registrar e autorizar o funcionamento das entidades da sociedade civil considerando na análise do processo de registros destinados ao CMDCA Mangaratiba/RJ, os fins sociais, a relevância pública e os requisitos estabelecidos nesta Resolução e nas demais disposições legais vigentes;
- Inscrever os programas, projetos e/ou serviços de entidades governamentais e não governamentais voltados ao atendimento, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A inscrição de serviços e programas, promovidos por órgãos governamentais, somente será necessária em caráter de prestação contínua e permanente;
- Instrumentalizar o CMDCA Mangaratiba/RJ para deliberação e controle das ações da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
- Propiciar o mapeamento das entidades que desenvolvem ações voltadas para crianças e adolescentes em Mangaratiba/RJ e, para atualização das informações sobre a rede de atendimento identificando os serviços oferecidos e suas demandas;
- Oferecer subsídios para o CMDCA Mangaratiba/RJ identificar necessidades de investimento para ações diretas junto às entidades da sociedade civil registradas no CMDCA, além de reordenamento da prioridade de investimento de órgãos públicos, de forma a atender os princípios expressos na Lei Federal 8.069/1990 – ECA e demais disposições legais vigentes.

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA

CAPÍTULO II

DO REGISTRO DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, INSCRIÇÃO E RENOVAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 3º - Registro é o ato administrativo de credenciamento das entidades para o seu regular funcionamento e integração à rede municipal de políticas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Mangaratiba/RJ.
Art. 4º - Inscrição de programas, projetos e/ou serviços é o ato administrativo expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Mangaratiba/RJ, autorizando a entidade não-governamental previamente registrada, ou órgão governamental, a executar um ou mais programas de promoção, atendimento, defesa e de vigilância dos direitos da criança e do adolescente.
Art. 5º - Serão registradas as entidades não governamentais que atuem na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes conforme previsto nos artigos 90 e 91 da Lei Federal 8.069/90 atendendo os procedimentos regulamentados nesta Resolução:
- Orientação e apoio sociofamiliar;
- Apoio socioeducativo em meio aberto;
- Colocação familiar;
- Acolhimento institucional – (Lei nº 12.010/2009);
- Prestação de serviços à comunidade
- Liberdade assistida – (Lei nº 12.594/2012);
- Semiliberdade – (Lei nº 12.594/2012);
- Internação – (Lei nº 12.594/2012);

Parágrafo único – Conforme preconiza o parágrafo primeiro do art.90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição, renovação e alterações de seus programas, projetos e/ou serviços, especificando os regimes de atendimento na forma definida neste artigo. O CMDCA Mangaratiba/RJ, comunicará ao Conselho Tutelar, bem como à autoridade judiciária da inscrição dos programas/projetos e serviços;
Art. 6º - Os registros concedidos às entidades terão a vigência máxima de 04 (quatro) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Município, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, periodicamente, reavaliar o cabimento de sua renovação, observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e demais disposições desta Resolução.
§1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Mangaratiba – CMDCA, realizará monitoramento aos programas, projetos e serviços aprovados e financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
§2º - As inscrições dos programas governamentais e não governamentais terão validade de 02 (dois) anos após aprovação em plenária do Conselho e de sua publicação no Diário Oficial do Município de Mangaratiba, devendo ser renovadas a cada 02 (dois) anos, em caso de continuidade.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art.7º - A solicitação de Registro de Entidade e Inscrição ou Renovação da Inscrição de programas, projetos e/ou serviços, seguirá aos seguintes procedimentos administrativos:
- As entidades não governamentais deverão encaminhar ofício e formulário específico em (02) duas vias juntamente com a documentação institucional além do Plano de Trabalho em (01) uma via, para solicitação de Registro ou de Inscrição de programas, projetos e serviços. Os órgãos governamentais procederão da mesma forma para a inscrição de programa, projetos e serviços.

Parágrafo único - Os protocolos das documentações devem ser realizados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ, junto à equipe técnica, que irá conferir e protocolar a solicitação em duas vias.
- Será concedido Registro Provisório de entidade por até 06 (seis) meses para instituições da sociedade civil após avaliação da documentação protocolada no CMDCA e deliberação conjunta pela Comissão, em caráter provisório com prazo máximo de 06 (seis) meses sendo concedido Inscrição de programas, projetos e/ou serviços governamentais e não governamentais, enquanto aguardam a tramitação interna administrativa do CMDCA e apreciação do pleno.

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA

- Compete à equipe técnica do CMDCA a análise da documentação institucional e Plano de Trabalho e elaboração do parecer técnico da solicitação do pedido de Registro ou Inscrição de programas, projetos e/ou serviços e encaminhar para a Comissão.
- Compete aos conselheiros (as) membros da Comissão, analisar o parecer técnico da equipe técnica, assim como a documentação apresentada pela proponente para solicitação de registro de entidade ou inscrição de programa, projeto e serviço. Esta Comissão irá elaborar recomendação de parecer sobre o pedido de Registro e/ou Inscrição de Programa e posteriormente encaminhará ao pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ, que votará sobre o pleito.
- A solicitação de renovação da inscrição de programas, projetos e serviços das entidades não governamentais e governamentais deverá ser protocolado no prazo de (30) trinta dias anteriores à data de vencimento da inscrição vigente.
- Constatada a existência de carência de dados institucionais, pendências documentais, técnicas e/ou jurídicas, verificadas preliminarmente no ato da análise do processo de solicitação, estas serão comunicadas por ofício do CMDCA ao Representante legal da respectiva instituição ou Gestor do órgão governamental, para apresentação de respostas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do encaminhamento da notificação.
- Nos casos em dissonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com as leis pertinentes, o CMDCA tomará as medidas cabíveis administrativas e se julgar necessário encaminhará o fato às autoridades competentes.
- A Comissão referida nesta resolução poderá solicitar parecer jurídico do CMDCA, relatório de fiscalização das entidades ao Conselho Tutelar e Ministério Público, assim como parecer técnico dos órgãos da administração direta e indireta municipal, quando julgar necessário.
- A Comissão nos casos em que julgar necessário, realizará visitas para a verificação do funcionamento dos programas executados pelos órgãos públicos e entidades não governamentais.
- As deliberações do pleno do CMDCA Mangaratiba/RJ deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município.
- O pedido de Atestado de Registro Provisório, bem como inscrições de programas, projetos e serviços serão disponibilizados em até 10 (dez) dias úteis após publicação no Diário Oficial do Município e deverão ser retirados e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Mangaratiba.
- O Atestado de Registro Definitivo, declaração de funcionamento de entidades, bem como inscrições de programas, projetos e serviços serão disponibilizados após deliberação do Pleno do CMDCA e publicação no Diário Oficial do Município.
- Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de Mangaratiba – CMDCA, manter atualizado seu banco de dados, acerca do cadastro das entidades e dos programas, projetos e serviços inscritos.

CAPÍTULO IV

DOS REQUISITOS PARA REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 8º - São requisitos para Registro de Entidades não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ:
- Requerer registro, em formulário fornecido pelo CMDCA Mangaratiba/RJ, assinado pelo representante legal da entidade e apresentar a documentação completa exigida por este Conselho;
- Ter personalidade jurídica;
- Possuir estatuto social, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil em conformidade com o Código Civil Brasileiro 2002 e com registro e/ou autenticação do cartório;
- Não ter fins lucrativos e destinar a totalidade de recursos apurados ao atendimento de suas finalidades;
- Ter dentre suas finalidades a atuação na promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no município de Mangaratiba, de acordo com a Lei Municipal nº. 224/2000 e da Lei Federal nº 8.069/90;
- Fornecer cópia legível das atas de fundação, eleição e posse da atual diretoria, contendo os nomes dos respectivos dirigentes, devidamente registradas em Cartório;
- Apresentar proposta de Plano de trabalho da entidade compatível com os princípios da Lei Municipal 224/2000 e da Lei Federal nº 8.069/90 considerando as Orientações para Elaboração de Plano de Trabalho fornecida pelo CMDCA e citada na presente Resolução Normativa;
- Fornecer o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, atualizado;
- Fornecer cópias legíveis de documento oficial com foto, CPF e comprovante de residência do representante legal da entidade;

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA

- No caso de outorga de poderes pelo representante legal, apresentar procuração com firma reconhecida, acompanhada documento oficial com foto, CPF e comprovante de residência do outorgado;
- Oferecer instalações físicas compatíveis com o regime proposto, em condições adequadas de habitação, higiene, salubridade e segurança, caso desenvolvam ações de atendimento direto, atestadas pelos órgãos competentes;
- Para as entidades da sociedade civil solicitantes do Registro bem como as entidades já registradas no CMDCA Mangaratiba/RJ, deverão apresentar alvará de funcionamento, em um prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar da data de publicação desta resolução.

CAPITULO V

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA REGISTRO DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS E INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E/OU SERVIÇOS

Art. 9º – São documentos exigidos para registro de entidades não governamentais com Sede ou Filial no Município de Mangaratiba/RJ, (cópia acompanhada do documento original):
- Requerimento para Registro de entidade mediante ofício assinado pelo representante legal da entidade (Modelo anexo 01);
- Formulário de Solicitação de Registro de Entidade, assinado pelo representante legal (Anexo 02);
- Estatuto social e suas alterações, devidamente registrado em cartório;
- Atas de fundação, eleição e posse da atual diretoria, contendo os nomes dos respectivos dirigentes, devidamente registrada em cartório;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Relação dos dirigentes contendo: Cargo, estado civil, profissão e endereço residencial, devendo ser datada e assinada pelo responsável da instituição;
- Documento de identificação oficial com foto e CPF dos representantes legais da instituição;
- Comprovante de endereço em nome da entidade (conta de água, luz, telefone, internet, ou contrato de locação) dos últimos três meses do ano corrente;
- Relação da equipe de trabalho, contendo: Nome, função, escolaridade, formação, carga horária mensal, tipo de vínculo com a instituição e número de registro no Conselho Profissional (se houver);
- Alvará de funcionamento;

Art. 10º - São documentos exigidos para inscrição de programas, projetos e/ou serviços das entidades não governamentais:
- Requerimento mediante ofício solicitando a inscrição de programa, projetos e serviços à Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ;
- Formulário de Inscrição de programas, projetos e serviços de atendimento a criança e ao adolescente;
- Estatuto Social da entidade e suas alterações, registrado em Cartório;
- Atas de fundação, eleição e posse da atual diretoria, contendo os nomes dos respectivos dirigentes, devidamente registrada em cartório;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Relação dos dirigentes contendo: Cargo, estado civil, profissão e endereço residencial, devendo ser datada e assinada pelo responsável da instituição;
- Documento de identificação oficial com foto e CPF dos representantes legais da Instituição;
- Comprovante de endereço em nome da entidade (conta de água, luz, telefone, internet, ou contrato de locação) de um dos últimos três meses do ano corrente;
- Cópia da ata de eleição da atual diretoria, registrada em cartório;
- Relação da equipe de trabalho executora do programa, projeto e serviço, contendo: Nome, função, escolaridade, formação, carga horária mensal, tipo de vínculo com a instituição e número de registro no Conselho Profissional (se houver);

Parágrafo único: As entidades registradas no CMDCA, só deverão encaminhar as documentações institucionais em casos de atualizações pertinentes as mesmas.
Não havendo mudanças nestas, será necessária apenas a apresentação do requerimento mediante ofício à Presidência do CMDCA solicitando a Inscrição do programa, projeto ou serviço.

CAPÍTULO VI

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E/OU SERVIÇOS DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Art. 11 - São documentos exigidos para inscrição de programas de entidades governamentais (cópia acompanhada do documento original):
- Requerimento mediante ofício solicitando a Inscrição do Programa ou Projeto, dirigido à Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ;
- Formulário de Inscrição de programas, projetos e serviços de atendimento a criança e ao adolescente;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- Ato de Nomeação do Dirigente da Entidade/Órgão;
- Plano Pedagógico de Trabalho Anual;
- Programa, Projeto e/ou Serviço a ser inscrito;
- Relação da equipe de trabalho executora do programa, projeto e/ou serviço, contendo: Nome, função, escolaridade, formação, carga horária mensal, tipo de vínculo com a instituição e número de registro no Conselho Profissional (se houver);
- Relação dos programas ou atividades oferecidas.

CAPÍTULO VII

DO INDEFERIMENTO, NÃO CONCESSÃO, SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DO REGISTRO

Seção I - Do Indeferimento
Art. 12 - Será indeferido nos termos do inciso primeiro do art. 91 da Lei 8.060/90 pelo CMDCA Mangaratiba/RJ, o Registro à entidade não governamental e/ou Inscrição de programa, projeto e serviço governamental ou não governamental que:
- Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitação e higiene, salubridade e segurança;
- Não apresente plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Esteja irregularmente constituída;
- Tenha em seu quadro pessoas inidôneas;
- Não se adequar ou deixar de cumprir esta resolução normativa expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do CMDCA Mangaratiba/RJ;

Seção II – Da Não Concessão
Art. 13 - O CMDCA não concederá registros para funcionamento a Entidades da sociedade civil que desenvolvam apenas programas de atendimento em modalidades educacionais formais: educação infantil, ensino fundamental e médio, nos termos da Resolução nº 71/2001 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei Federal nº 9.394/96).

Seção III - Da Suspensão
Art. 14 - O Registro da entidade da sociedade civil ou Inscrição de programa, projeto e serviço governamental ou não governamental será suspenso, a juízo do Pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ pelo prazo de 06 (seis) meses quando:
- Apresentar irregularidades técnicas ou administrativas incompatíveis com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e da presente Resolução;
- Interromper suas atividades administrativas e pedagógicas por período superior a 60 (sessenta) dias sem justificativa encaminhada à Presidência do CMDCA mediante ofício;
- Deixar de cumprir o seu plano de trabalho apresentado, caracterizando prejuízo às crianças e adolescentes atendidos;
- Não realizar a prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos nos respectivos editais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ.

Seção IV
Do Cancelamento
Art. 15 - O registro de entidade da sociedade civil ou Inscrição de programa, projeto e serviço governamental ou não governamental será cancelado quando a entidade ou órgão:
- Deixar de atender à exigência que motivou a suspensão, prevista no artigo anterior;

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA

- Quando da comunicação da extinção pelo representante legal da instituição;
- Quando da determinação da autoridade judiciária;
- Quando da apresentação de irregularidade que extrapole a penalidade de suspensão;
- Quando tiver as suas contas julgadas irregulares administrativamente pelo CMDCA e/ou Tribunal de Contas do Estado – TCE;
- Quando do não cumprimento do calendário estabelecido pelo CMDCA publicado no Diário Oficial do Município para o Processo de Recadastramento de entidades da sociedade civil;

VIII - Quando da não apresentação de certificado de qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido, atestados pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e pela Justiça da Infância e Juventude;

Parágrafo único - Os atos de suspensão e de cancelamento de programas deverão ser comunicados à autoridade judiciária e ao Conselho Tutelar.

CAPÍTULO VIII
DO INDEFERIMENTO, ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO, E CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 16 Será indeferido o pedido de inscrição de programa não governamental ou governamental que:
- Não oferecer instalações físicas em condições adequadas;
- Não apresentar plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Não cumprir com outros requisitos estabelecidos pelo CMDCA Mangaratiba/RJ;
- Não mantiver atualizados os dados referentes à constituição e administração;
- Mantiver em seu quadro pessoas inidôneas;
- Apresentar irregularidade técnica ou administrativa que afete o atendimento aos direitos da criança e do adolescente, estando incompatível com o plano de trabalho e os princípios do ECA;

Art. 17 Das advertências:

Parágrafo único - Serão advertidas por escrito, as entidades da sociedade civil e órgãos governamentais, cujos programas, projetos e/ou serviços não estejam funcionando conforme foram inscritos no CMDCA e que não constituam infrações graves após análise da Comissão e deliberada pelo Pleno do CMDCA.

Art. 18 Da suspensão da inscrição do programa, projeto e/ou serviço:

A suspensão da inscrição do programa, projeto e/ou serviço terá prazo máximo determinado de 06 (seis) meses:
- Apresentar irregularidade na sua execução, incompatível com os princípios definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA;
- Ficar paralisado por mais de seis meses, em prejuízo das crianças e adolescentes atendidos;
- Não estiver de acordo com o plano de trabalho apresentado para sua execução;
- Não se enquadrar nos critérios definidos pelo CMDCA Mangaratiba/RJ;
- Não mantiver suas instalações físicas em condições adequadas de habitação, higiene, salubridade e segurança.

§ 1º Os atos de advertência, suspensão e de cancelamento de programas, projetos e serviços deverão ser comunicados à autoridade judiciária e ao Conselho Tutelar.

§ 2º A suspensão do Registro cessará quando houver comprovação de que a irregularidade que a motivou for considerada sanada.

Parágrafo único - Das decisões de negação, suspensão e/ou cancelamento caberá recurso ao pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial do Município.

CAPÍTULO IX
DO PEDIDO DE REVISÃO

Art.19 - Caberá revisão do ato que indeferir a concessão de registro de entidade não-governamental ou de inscrição de programas, projetos e serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do ato no Diário Oficial do Município.

Art. 20 - O pedido de revisão deverá ser dirigido a Presidência do CMDCA, mediante ofício.

Parágrafo único – No caso de indeferimento da revisão do pedido de registro ou inscrição de programa a entidade da sociedade civil ou órgão governamental poderá dar entrada em nova solicitação após 90 (noventa dias).

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

iagramação:
aud Bernard

Fotografia:
athan Abade
rreira Vasconcellos

Impressão:
a de Comunicação

ersão Digital
tiba.rj.gov.br/novoportal

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA

CAPÍTULO X

DO ARQUIVAMENTO

Art. 21 - O processo que ficar parado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos por falta de movimentação do requerente, será arquivado.
Art. 22 - Decorridos 60 (sessenta) dias do arquivamento não será aceito o pedido de reativação do processo.

Disposições Finais
Art. 23 - O Atestado de Registro de entidade provisório será entregue em até 30 (trinta) dias úteis.
Art. 24 - À Entidade que for concedido o Registro definitivo no CMDCA Mangaratiba/RJ, será fornecido Certificado com validade de 04 (quatro) anos.
Art. 25 – Quando da solicitação do Atestado de Funcionamento, o mesmo será fornecido após visita técnica e terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua emissão.
Art. 26 – O Atestado de Inscrição de Programa, Projeto e/ou Serviço provisório será entregue em até 30 (trinta) dias úteis;
Art. 27 - Ao Programa, Projeto e/ou Serviço inscrito em caráter definitivo será fornecida uma declaração de Inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mangaratiba/RJ com validade de 12 (doze) meses.
Art. 28 - As solicitações de renovação de atestado de funcionamento de entidades e inscrição de programas, projetos e/ou serviços estando dentro do prazo de vigência, deverão ser protocoladas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ, no prazo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento.
Parágrafo único – O CMDCA terá o prazo de 30 (trinta) dias para emitir o novo atestado de funcionamento a contar da data de solicitação.
Art. 29 - Os atos de deferimento, indeferimento, suspensão ou cancelamento do Registro de entidade e Inscrição de Programas, Projetos e/ou Serviços serão publicados no Diário Oficial do Município e encaminhados respectivamente via ofício do CMDCA para o representante legal da instituição ou gestor público.
Art. 30 - Para efeito da presente Resolução serão utilizados formulários específicos para Solicitação de Registro de Entidade e Inscrição de Programas, Projetos e/ou Serviços aprovados pelo Pleno deste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ.
Art. 31- As entidades governamentais e não governamentais que já executam programas, projetos e/ou serviços, terão, um prazo de **10 (dez) dias**, a partir da data de publicação desta Resolução para procederem à inscrição de seus programas, projetos e/ou serviços.
Art. 32 – Os casos omissos na presente resolução serão apreciados e deliberados pelo pleno do CMDCA.
Art. 33 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e a Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Mangaratiba/RJ.

Mangaratiba, 14 de julho de 2022.

José Carlos Tavares
Presidente do CMDCA

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA

ANEXOS

(Anexo 1)
(Modelo de requerimento, utilizar papel timbrado da instituição solicitante)

Ilustríssimo Senhor José Carlos Tavares
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Assunto: Requerimento de Registro de Entidade

Eu_____ portador do RG nº_____, expedida pelo órgão_____ _____e inscrito no C.P.F. sob o nº_____, representante legal da instituição denominada_____ localizada a Rua_____, nº._____, Bairro_____, vem mui respeitosamente, requerer a V.Sa. a concessão de REGISTRO nesse Conselho, de acordo com o disposto no artigo 91 da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, anexa documentação necessária, declarando satisfazer as condições estipuladas na legislação pertinente.

Nestes termos pede e espera deferimento.

Mangaratiba,__/_____/_____.

(Assinatura de Representante Legal da instituição)

Rua Coronel Moreira da Silva, nº 91, Centro – Mangaratiba/RJ CEP: 23.860-000
Tel.: (21)-2789-6014
nucleodosconselhos@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Transportes

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Órgão: Secretaria Municipal de Transporte

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Presencial SRP nº **021/2022**, Processo Administrativo nº 5002/2022, visando o **a Contratação de Empresa Para Fornecimento Parcelado de Peças, Componentes e Acessórios a serem utilizados nos veículos pertencentes à frota oficial do Município de Mangaratiba** a ser gerenciado pela Secretaria Municipal de Transportes, conforme Termo de Referência Anexo I deste Edital, em favor da empresa abaixo:

- **CARSHOP COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA (EPP) CNPJ: 23.592.989/0001-75;**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
1	Mercedes Benz do Brasil	Percentual de desconto (%)	12%
2	*Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos* Automotores Ltda	Percentual de desconto (%)	12%
3	*Nissan do Brasil Automóveis Ltda*	Percentual de desconto (%)	12%
4	Citroên do Brasil Ltda	Percentual de desconto (%)	12%
5	Renault do Brasil S/A	Percentual de desconto (%)	12%
6	Fiat Automóveis S/A	Percentual de desconto (%)	12%
7	Ford Company Motor Brasil	Percentual de desconto (%)	12%
8	Mitsubishi Brasil	Percentual de desconto (%)	12%
9	Marcopolo Volare S/A	Percentual de desconto (%)	12%

Av. Frei Afonso Jorge Braga, S/N LT.09/Q.18 – Praia do Saco – Mangaratiba / RJ

CEP 23860-000 Tel.: (21) 2789-6017.

E-mail: transporte@mangaratiba.rj.gov.br.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Transportes

10	***Volkswagen Caminhões***	**Percentual de desconto (%)**	**12%**
11	***Peugeot Brasil***	**Percentual de desconto (%)**	**12%**
12	***Honda Motor Company***	**Percentual de desconto (%)**	**12%**

Perfazendo o Maior Desconto Percentual Sobre a Tabela das Montadoras, CONFORME DESCRITO ACIMA.

Mangaratiba, 13 de julho de 2022.

EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Transporte

Eduardo Estrela
Secretário de Transportes
Portaria nº 0085/2021

Av. Frei Afonso Jorge Braga, S/N LT.09/Q.18 – Praia do Saco – Mangaratiba / RJ

CEP 23860-000 Tel.: (21) 2789-6017.

E-mail: transporte@mangaratiba.rj.gov.br.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA SMMA 022, DE 01 DE JULHO DE 2022

Classifica, quanto o grau de sigilo, as informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.

O TITULAR DA PASTA AMBIENTAL, no uso da atribuição conferida pela Lei Municipal nº 1.209/2019, Código Ambiental de Mangaratiba,

CONSIDERANDO o art. 261 da Lei Municipal nº 1.209/2019, o qual permite que o Titular da Pasta Ambiental edite Instruções Normativas para o fiel cumprimento do Código;

CONSIDERANDO a Portaria IBAMA n. 29, publicada em 29 de novembro de 2013, a qual classifica, quanto o grau de sigilo, as informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

CONSIDERANDO que é dever dos órgãos e entidades do Poder Público assegurar a gestão transparente da informação, propiciando seu amplo acesso e divulgação,

CONSIDERANDO que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado,

CONSIDERANDO que o direito fundamental de acesso à informação deve ser executado de acordo com os princípios básicos da Administração,

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público controlar o acesso e a divulgação das informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção,

CONSIDERANDO a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso à informação, e o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a referida lei,

RESOLVE:

Art. 1º Classificar, quanto ao grau de sigilo, como reservado as informações elencadas no Anexo desta Instrução Normativa, observado o seu teor, que tramitam em processos administrativos que sejam conduzidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA).

Parágrafo único. A classificação ocorrerá por conveniência e oportunidade, além de processos, atos e documentos que estejam elencados no anexo desta IN.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrarias.

Antonio Marcos Barreto
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Portaria 026/2022

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA

ANEXO DE INFORMAÇÕES QUE TRAMITAM NA SMMA

ASSUNTO / DOCUMENTO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Auto de Infração	Lei 10.650 de 16/4/2003, art. 2º, § 2º; Lei 12.527 de 18/11/2011, art. 6º, inciso III, e art. 23; Decreto 7.845 de 14/11/2012, art. 18.
Denúncias	Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, artigo 25, inciso IX e artigo 28, inciso III do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 e inciso III do art. 6º da Lei nº 12.527 de 18/11/2011; art. 23, inciso III da Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011.
Plano Operacional de Fiscalização (alvos de fiscalização, levantamento prévio de informações, mapas, etc)	De acordo com incisos VII e VIII do art. 23 da Lei 12527/11.
Planejamento Operacional de Fiscalização (operações planejadas)	De acordo com incisos VII e VIII do art. 23 da Lei 12527/11.
Planos e Projetos	Dados ou informações cuja revelação não autorizada possa comprometer planos, operações ou objetivos neles previstos ou referidos. Conforme Lei nº 12.527/2011 no artigo 24.
Relatórios/Pareceres sobre fiscalização ambiental	De acordo com incisos VII e VIII do art. 23 da Lei 12527/11.
Relatórios/Pareceres sobre infrações ambientais	De acordo com incisos VII e VIII do art. 23 da Lei 12527/11.
Relatórios Sobre Vistorias	De acordo com incisos VII e VIII do art. 23 da Lei 12527/11.

Antonio Marcos Barreto
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Portaria 026/2022

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Secretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nivea Marques
Talita Girão

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia
Jessica Mendes Rodolfo

Diagramação:
Claud Bernard

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferreira Vasconcellos

Impressão:
Secretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal